



# Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2>

ISSN 2177-2940  
(Online)

ISSN 1415-9945  
(Impresso)

## Mito e história no “romance épico” *Simá* de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2.46096>

© Daniel Padilha Pacheco da Costa

Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil. E-mail: [dppcosta@hotmail.com](mailto:dppcosta@hotmail.com)

<p><b>Palavras-chave:</b> Romance histórico; “Romance épico”; Indianismo Romântico; <i>Simá</i>; Lourenço da Silva Araújo e Amazonas.</p>	<p><b>Mito e história no “romance épico” <i>Simá</i> de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas</b> <b>Resumo:</b> Este artigo propõe caracterizar <i>Simá: romance histórico do Alto Amazonas</i> (1857), de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, como um “romance épico”, entendido como uma variante do romance histórico distinta da escola hegemônica representada por José Alencar. Esse romance, cujos modelos literários são a <i>Iliada</i> e a <i>Eneida</i>, elege o rapto da mestiça <i>Simá</i>, chamada de “Helena do Rio Negro”, como a causa imediata da Rebelião de Lamalonga (1757). O romance narra, no plano histórico, o massacre da nação indígena dos Manau pela armada portuguesa e, no plano individual, o destino trágico da heroína, apresentada como uma vítima inocente do conflito entre Portugal e Espanha. A forma desse pioneiro romance do indianismo brasileiro é, paradoxalmente, inseparável daquela utilizada pelas epopeias anteriores, ao contrário do que sugere a definição de romance histórico por Lukács.</p>
<p><b>Key words:</b> Historical novel; Epic novel; Romantic Indianism; <i>Simá</i>; Lourenço da Silva Araújo e Amazonas.</p>	<p><b>Myth and history in the “Epic Novel” <i>Simá</i> by Lourenço da Silva Araújo e Amazonas</b> <b>Abstract:</b> This paper proposes to characterize <i>Simá: a historical novel of the upper Amazon</i> (1857), by Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, as an “Epic Novel”, which is defined as a variation of the historical novel distinct from the hegemonic school represented by José de Alencar. This novel, whose literary models are the <i>Iliad</i> and the <i>Aeneid</i>, elects the abduction of the mixed race <i>Simá</i> – the “Rio Negro’s Helen” –, as the immediate cause of the Lamalonga Rebellion (1757). The novel tells, in the historic sphere, the massacre of indigenous Manau nation by the Portuguese navy and, in the individual sphere, the tragic destiny of the heroine, which is presented as an innocent victim of the conflict between Portugal and Spain. The form of this pioneering novel of Brazilian Indianism is, paradoxically, inseparable from that used by earlier epics, contrary to what Lukacs’ definition of a historical novel suggests.</p>
<p><b>Palabras clave:</b> Novela histórica; “Novela épica”; Indigenismo Romântico; <i>Simá</i>; Lourenço da Silva Araújo e Amazonas.</p>	<p><b>Mito e historia en la “novela épica” <i>Simá</i> de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas</b> <b>Resumen:</b> Este estudio se propone a caracterizar <i>Simá: novela histórica del Alto Amazonas</i> (1857), de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, como una “novela épica”, comprendida como una variante de la novela histórica distinta de la escuela hegemónica representada por José de Alencar. Esa novela, cuyos modelos literarios son la <i>Iliada</i> y la <i>Eneida</i>, aborda el rapto de la mestiza <i>Simá</i>, llamada de “Helena del Río Negro”, como la causa inmediata de la Rebelión de Lamalonga (1757). La novela narra, en su dimensión histórica, el masacre de la tribu indígena Manau por la armada portuguesa y, en su dimensión individual, el destino trágico de la heroína, presentada como una víctima inocente del conflicto entre Portugal y España. La forma de esa pionera novela del indianismo brasileño es, paradójicamente, inseparable de aquella utilizada por las epopeyas anteriores, al contrario de lo que sugiere la definición de novela histórica por Lukács.</p>
<p><b>Artigo recebido em:</b> 04/01/2019. <b>Aprovado em:</b> 02/05/2019.</p>	

## O romance histórico: uma forma híbrida

Na teoria literária, há um relativo consenso sobre a existência de uma forma literária híbrida que, chamada de romance histórico, mistura ficção e história.<sup>1</sup> No entanto, esse relativo consenso se dissolve tão logo se procura definir essa forma. Como afirma Jameson (2007) no artigo intitulado *O romance histórico ainda é possível?*, essa forma seria, para a visão popular, a representação de eventos históricos grandiosos; para a concepção tão veementemente criticada por Tolstói (2017), a história privada das grandes figuras históricas; para Manzoni (1840), a descrição dos costumes e valores de um povo em um determinado momento de sua história; para Sartre (1952), a história das vidas de indivíduos comuns em situações de crise extrema; e, para o próprio Jameson (2007, p. 192), “a oposição entre um plano público ou histórico (definido seja por costumes, eventos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual representado por aquela categoria narrativa que chamamos de personagens”.

Em um dos estudos mais exaustivos sobre essa forma literária, *O romance histórico* (2011), György Lukács retoma o paralelo entre a epopeia antiga e o romance moderno, paralelo esse que, desde sua obra de juventude *A Teoria do Romance* (2000),

definia o romance como uma “epopeia burguesa”. Para o teórico húngaro, ambas as formas visam a totalidade, mas, no romance, essa totalidade não é mais evidente, mas se torna problemática, consciente de seu próprio devir. Em *O romance histórico*, sua primeira obra importante a promover um tratamento materialista da história da literatura moderna, Lukács (2011, p. 10) reformula a noção de totalidade, anteriormente abstrata, como “totalidade concreta em devir”. Nesse sentido, a forma do romance histórico não é considerada um (sub)gênero funcionalmente distinto do romance, mas a expressão mesma do sentido de historicidade que, surgido na modernidade, resulta de um progressivo distanciamento entre experiência e expectativa (KOSELLECK, 2006).<sup>2</sup>

Depois de reconstituir as condições sócio-políticas do surgimento do romance histórico, o teórico húngaro elege Walter Scott como o grande criador dessa nova forma, já em seu primeiro romance *Waverley* (1814). Walter Scott foi um importante modelo para um grande número de romancistas, como Alessandro Manzoni, Victor Hugo, Alfred de Vigny, Honoré de Balzac, Alexander Púchkin, Alexandre Herculano e Almeida Garrett, dentre outros. Depois de citar o crítico russo Vissarion

<sup>1</sup> Esse consenso não é absoluto, já que, para Jameson (2007), por exemplo, o romance histórico não é nem uma técnica nem uma forma, mas uma singular invenção.

<sup>2</sup> Ver, a esse respeito, o capítulo “Espaço de experiência e horizonte de expectativa”, de *Futuro Passado*, no qual Koselleck (2006, p. 314) afirma: “Minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”.

Belinski, que enfatiza o caráter épico dos romances do escritor escocês, Lukács (2011, p. 52) inclui dois autores nessa linhagem scottiana: “Em toda a história do romance histórico quase não existem obras que se aproximem tanto do caráter da antiga epopeia [quanto Scott], talvez com exceção das de Cooper e Tolstói”. Por mais próximos que sejam da antiga epopeia, os romances históricos de Scott, Tolstói e Cooper são todos considerados a expressão desse tempo novo surgido na era moderna.

No Brasil, os primeiros romances históricos são publicados somente na década de 1840, como evidenciam *Um Roubo na Pavuna* (1843), de Azambuja Suzano, *Jerônimo Barbalho Bezerra* (1845) e *A Guerra dos Emboabas* (1846), ambos de Vicente Pereira de Carvalho Guimarães, e *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes* (1848-1851), de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa.<sup>3</sup> Como afirma Antônio Cândido (1975, p. 109), o romance histórico “só brilhou realmente no Brasil romântico entre as mãos de Alencar, em *O Guarani* e *As Minas de Prata*, misturando-se ao indianismo”. Essa mesma sobreposição, salientada pelo crítico brasileiro, entre os conceitos historiográficos de romance histórico e de indianismo

romântico seria, então, adotada por uma inteira geração de escritores brasileiros. Até o final do Segundo Reinado, o indianismo será um tema revisitado por diversos romancistas históricos, como Alfredo Taunay, Franklin Távora, Bernardo Guimarães, dentre outros.

Contra os indianistas da primeira fase, que valorizavam particularmente a dimensão épica (SUSSEKIND, 1994), José de Alencar promove seu programa literário que, exposto nas *Cartas sobre a confederação de Tamoios* (1856), é imediatamente aplicado pela sua trilogia de romances indianistas. Considerando a exaltação do heroísmo nacional anacrônico em relação à ideologia conciliatória afirmada no Segundo Reinado (SOMMER, 2008), ele defende a mestiçagem como a solução para fundar a unidade nacional sobre o poder exclusivo da elite agrária. Para escrever aqueles romances, José de Alencar se inspira em modelos anglosaxões, como Walter Scott e James Cooper, e franceses, como Honoré de Balzac, Alexandre Dumas (pai) e François-René de Chateaubriand.<sup>4</sup> Sua concepção de romance histórico torna-se a tal ponto hegemônica na literatura brasileira que a “crítica tem limitado obstinadamente sua análise do “indianismo” a um único autor”, como afirma Treece (2008, p. 17).

Neste artigo, pretende-se analisar uma obra que, tendo permanecido praticamente

<sup>3</sup> *Jerônimo Barbalho Bezerra* é ambientado em 1633, em torno à Revolta da Cachaça (1860), ocorrida na Bahia. *A Guerra dos Emboabas* é ambientado entre 1707 e 1709, em torno à Guerra dos Emboabas, ocorrida em Minas Gerais. *Gonzaga ou a Conjuração de Tiradentes* é ambientado entre 1888 e 1889, em torno à Inconfidência Mineira (1889), ocorrida em Minas Gerais. Não foi possível encontrar um exemplar de *Um Roubo na Pavuna*, citado por Cândido (1975).

<sup>4</sup> Os romances indianistas de José de Alencar se inspiram fortemente no escritor francês François-René de Chateaubriand, em particular, nos romances *Atala* (1801), *Les Natchez* (1826) e *René* (1802), publicado, pela primeira vez, no final da obra dogmática *Le génie du christianisme ou les beautés poétiques et morales de la religion chrétienne* (1802) (TREECE, 2008).

desconhecida até sua reedição em 2003, pode ser considerada o primeiro romance em português sobre a Amazônia – *Simá: romance histórico do Alto Amazonas* (1857), de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas.<sup>5</sup> (O primeiro romance sobre a Amazônia e, até mesmo, sobre o Brasil, intitulado *Frey Apollonio – roman aus Brasilien, erlebt und erzählt von Hartoman: nach der handschriftlichen Urschrift von 1831*, foi escrito em alemão pelo botanista Karl Friedrich Philipp von Martius em 1831).<sup>6</sup> Aquela obra de Lourenço da Silva Araújo é, juntamente com seu contemporâneo *O Guarani* (1857), de José de Alencar, publicado no mesmo ano, o primeiro romance histórico do indianismo Romântico brasileiro. Pretende-se mostrar que a forma daquele pioneiro romance do indianismo nacional é, paradoxalmente, inseparável da encontrada nas epopeias anteriores, ao contrário do que sugere a definição proposta por Lukács (2011) para o romance histórico europeu e norte-americano.

### A obra de Lourenço da Silva Araújo

Lourenço da Silva Araújo (1803-1864) nasceu

<sup>5</sup> No corpo deste trabalho e em suas referências, é excluído o último sobrenome, Amazonas, para evitar confusão com o toponímico homônimo. Assim, o último sobrenome adotado para designar o escritor e historiador será Araújo.

<sup>6</sup> Esse romance permaneceu inédito até sua descoberta em 1967 na Biblioteca da Baviera por Erwin Theodor Rosenthal, que o publicou simultaneamente, em alemão e em português, em 1992. Em sua apresentação à obra que editou e traduziu, Rosenthal afirma que esse é “o primeiro romance do Brasil, dentro e fora do país” (MARTIUS, 1992, p. VI).

na Capitania da Bahia, onde fez seus estudos primários e de humanidades. Em 1815, Araújo se mudou para o Rio de Janeiro, então a capital do Império português, e se inscreveu no curso da Academia da Marinha. Durante sua carreira militar, serviu na Guerra do Prata e tornou-se Capitão-Tenente da Armada. Foi nomeado comandante Militar da Comarca do Alto Amazonas em meados do século XIX. Participou de comissões na Província do Pará e conduziu pesquisas pioneiras na Província do Amazonas, tornando-se membro correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Seu longo período na Amazônia rendeu dois livros e diversos artigos jornalísticos. Esses artigos foram publicados no *Jornal do Comércio*, como os dois números de *Navegação do Amazonas* (1849) – nos quais Araújo responde a dois artigos publicados com o mesmo título no *Jornal do Comércio* nos dias 10 e 22 de setembro de 1849 – e os diversos números de sua *Memória sobre uma marinhagem de guerra para guarnição da armada imperial* (1854).<sup>7</sup>

Obra etnográfica, geográfica e histórica, o primeiro livro escrito por Araújo –

<sup>7</sup> A colaboração de Araújo remonta, assim, ao início das atividades da comissão de Arqueologia e Etnologia Indígena, formada, em 1847, durante as discussões para a revisão dos estatutos e encarregada de conduzir pesquisas sobre as tribos habitantes das Províncias quando o Brasil foi conquistado. Em 1851, foi formalizada nos “Novos Estatutos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” uma seção conjunta de Arqueologia e de Etnologia. Por ocasião da Comissão Científica de Exploração, organizada pelo IHGB e financiada pelo governo Imperial, foi realizada em 1859 uma viagem às Províncias do Norte. O chefe da seção etnográfica e o redator da narrativa de viagem foi o poeta Gonçalves Dias (KODAMA, 2010).

o *Diccionario topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas* (1852) – foi publicado nos anais do IHGB. Cinco anos mais tarde, Araújo publicou *Simá: romance histórico do Alto Amazonas* (1857). *Simá* não trata da Província do Amazonas em meados do século XIX (época em que foi escrito), como o *Diccionario*, mas recua um século antes para narrar um episódio militar que, ocorrido naquela região, opôs a Coroa espanhola e a portuguesa (bem como seus respectivos aliados indígenas) no período subsequente ao Tratado de Madrid (1750). Também escreveu um *Dicionário Típico-Português e Português-Típico*, cujo manuscrito, doado pela sua família ao IHGB, foi submetido ao parecer de Braz da Costa Rubim, que se manifestou contrariamente à sua publicação. A obra permanece inédita (FREIRE, 2003).

Quando escreveu *Simá*, Araújo certamente estava familiarizado com a ideologia da mestiçagem, defendida pela dissertação de Martius sobre *Como escrever a história do Brasil* (1847), que venceu o prêmio do IHGB. Apesar do tino demonstrado por Araújo ao eleger uma heroína mestiça para seu primeiro (e único) romance, *Simá* não gozou sequer de uma ínfima parte do sucesso alcançado por *O Guarani*. O silêncio que acompanhou a publicação de *Simá* é tanto mais surpreendente quando se considera o profundo conhecimento que seu autor tinha da Amazônia e de sua história, resultante de sua longa experiência como militar e pesquisador

na região.

*O Guarani* foi o primeiro de uma trilogia de romances indianistas, juntamente com *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874).<sup>8</sup> Essa trilogia é dotada de profunda verossimilhança histórica, fortalecida pelo uso sistemático de notas de pé de página. Da mesma forma que *Simá*, que contém 65 notas, a trilogia de romances indigenistas de Alencar também fazem amplo uso desse recurso: *O Guarani* contém 59 notas, *Iracema* 128 notas e *Ubirajara* 67 notas. Baseadas em informações históricas de cronistas, viajantes e historiadores, as notas de todos esses romances permitem esclarecer, referenciar e instruir a respeito da história colonial de longínquas Províncias do Império do Brasil (RAMOS, 2015; MOSCATO, DENIPOTI, 2013).

*Iracema* é o único romance daquela trilogia cuja protagonista é uma mulher, caracterizada por meio da notação “a virgem dos lábios de mel” (ALENCAR, 1959, p. 5). As personagens de *Iracema* e *Simá* possuem traços comuns, como a beleza e a virgindade, e seus nomes próprios significam, respectivamente, “lábios de mel” (em guarani)<sup>9</sup> e “sol” (na língua da nação Xomana). Ambas

<sup>8</sup> *Ubirajara* é o único romance da trilogia que se passa no século XV, antes da chegada dos portugueses, e tematiza o “estado de natureza” do jovem caçador Ubirajara da nação Araguaia.

<sup>9</sup> Em nota de rodapé, Alencar (1965, p. 90) explica a etimologia na qual se baseou para cunhar o nome da protagonista: “*Iracema*: Em guarani significa lábios de mel – de *ira*, mel e *tembe* – lábios. *Tembe* na composição altera-se em *ceme*, como na palavra *ceme-iba*”. Segundo Silveira (2009, p. 72), essa etimologia é imprecisa: “Obviamente, sua origem está no idioma indígena mais conhecido, o tupi, significando “a saída do mel” (“e’ira” = mel; “sema” = saída) e não “lábios de mel”, como o próprio autor coloca”.

participam de um triângulo amoroso no qual são pretendidas por um índio e por um europeu: a mestiça Simá pelo guerreiro manau Domingos e pelo explorador português Régis, e a índia tabajara Iracema pelo guerreiro potiguara Irapuã e pelo explorador português Martim. O tema da mestiçagem entre uma índia e um branco é retomado pela novela *Irecê, a Guaná* (2000), de Alfredo Taunay.<sup>10</sup> Como se deduz a partir de suas *Memórias* (s.d.), o Visconde de Taunay se inspira, nessa novela, em sua própria experiência amorosa com a índia Antônia, da tribo Guaná, no Mato Grosso em 1866, durante a Guerra do Paraguai.

*O Guarani* e *Simá* são ambos concluídos pela representação literária de conflagrações militares situadas no passado colonial: aquele narra o conflito ocorrido com a nação indígena dos Aimoré em 1604, e esse o massacre pela armada portuguesa da Rebelião de Lamalonga, em 1757. No entanto, a importância do episódio militar é muito maior em *Simá*. Como Araújo deixa claro ao citar, no primeiro capítulo do seu romance, duas epopeias antigas, a *Ilíada* e a *Eneida*, são seus modelos literários: “Onde nenhum de seus naturais havia ainda lido nem a *Ilíada* nem a *Eneida*, para saberem, por causa de uma bela se queimara uma cidade, houve um Menelau, genuinamente Manaus” (ARAÚJO, 1857, p. 6). Com efeito, a própria estrutura do

romance de Araújo é retirada dos enredos da epopeia grega e da romana, já que o romancista bahiano estabelece uma analogia direta entre as causas imediatas da Guerra de Troia e da Rebelião de Lamalonga – quais sejam, os raptos de Helena e de Simá, respectivamente.

À diferença da épica grega *Ilíada*, de Homero, que é relatada da perspectiva dos gregos vitoriosos, Araújo narra seu romance da perspectiva da nação dos Manau – que, massacrada pelos colonizadores, é identificada aos troianos perdedores –, não da perspectiva dos portugueses, que, vitoriosos, são associados aos gregos. O ponto de vista dos perdedores também é adotado por obras antigas, como a tragédia *Os Persas* (2013), de Ésquilo. Depois do próprio Araújo, Alfredo Taunay e Euclides da Cunha retomariam o mesmo procedimento em *La Retraite de Laguna: récit de la guerre du Paraguay, 1864-1870* (que foi publicado originalmente em francês em 1871) e *Os Sertões* (1902), respectivamente. Para relatar a derrota e retirada do Exército brasileiro de Laguna, durante a Guerra do Paraguai, Taunay se baseia no relato historiográfico *A retirada dos dez mil* (2014), do historiador e militar grego Xenofonte. Da mesma forma, Euclides da Cunha retoma diversos historiadores antigos e modernos para narrar o massacre da comunidade bahiana de Canudos pelo exército brasileiro no início da República Velha (1889-1930).

Embora não se baseie em experiências pessoais, como *La Retraite de Laguna* (1871) e

<sup>10</sup> Como afirma Taunay (2000, p. 30) em nota de rodapé, o nome próprio da personagem significa “estrela, em dialeto guaná”. Publicada em 1874, essa novela se passa em 1861, e o protagonista é o viajante Alberto Monteiro.

*Os Sertões* (1902), Lourenço da Silva Araújo também foi militar, como os autores desses dois relatos históricos, e seu relato trata de um conflito armado do exército brasileiro – não durante o Império nem a República, como cada uma daquelas duas obras, respectivamente, mas durante a Colônia. Toda a obra de Araújo trata da história colonial da Comarca do Alto Amazonas. Esse toponímico é, inclusive, utilizado no título dos dois livros escritos pelo autor, ambos situados no mesmo cenário, designado atualmente como Médio Solimões. Ao conferir um tratamento literário a um evento histórico, Araújo mistura mito e história, como é característico do romance histórico. Para compreender o tratamento literário dado por ele à história, é estudada, a seguir, a maneira pela qual *Simá* retoma a história da Comarca do Alto Amazonas, segundo a exposição dessa história realizada pelo próprio Araújo em seu *Diccionario*.

### **As ruínas da História**

Por meio da Lei imperial n.º 582, de 5 de setembro de 1852, o imperador D. Pedro II criou a Província do Amazonas no território onde, então, localizava-se a Comarca do Alto Amazonas. Nesse mesmo ano, foi publicado o *Diccionario topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto-Amazonas*, cujo prólogo afirma que, quando a Província foi criada, seu livro acabara de ser redigido, mas ainda não fora publicado. Araújo decide não substituir as menções à Comarca por

Província, por mais fácil que fosse fazê-lo, e isso por dois motivos, ambos de ordem histórica. Em primeiro lugar, para evitar o anacronismo, já que a menção à recém-criada Província induziria o leitor ao erro de pensar que a organização política e institucional daquela região já estava “montada”, quando, na verdade, isso só começaria a ser feito depois de criada (ARAÚJO, 1852, p. 5). Em segundo lugar, para conferir valor histórico a seu livro, pois considera que, em meados do século XIX, todos sabiam o que era uma Província, mas não necessariamente o que era uma Comarca. A manutenção dessa referência chama a atenção para o fato de que sua descrição da organização política e institucional da Comarca do Alto Amazonas está interessada em explicar a história daquela região até o momento presente, a fim de melhor orientar seus futuros desdobramentos.

O *Diccionario* constitui um inventário ou catálogo das características da Comarca do Alto Amazonas, descrevendo a hidrografia, as cidades, os minerais, a população, as línguas, o clima, a orografia, a fitologia, a zoologia, a religião, a agricultura, a manipulação, o comércio, a divisão civil, a administração, a força e fortificação, etc. Por um lado, a organização em verbetes permite oferecer uma definição de tudo o que está contido no interior daquele território. Por outro, a função denotativa da linguagem cria o próprio território por meio da nomeação de tudo o que o constitui, segundo a relação metonímica entre continente e conteúdo. O *Diccionario* descreve

precisamente as diferentes características físicas, botânicas, zoológicas, linguísticas, políticas, econômicas, técnicas, institucionais, geográficas, geológicas e etnográficas dessa região estratégica do território jurídico do Estado brasileiro durante os primeiros anos Segundo Reinado do Império (1840-1889).<sup>11</sup>

Um dos primeiros verbetes do *Diccionario* oferece não apenas a definição das especificidades da administração de uma Comarca, como também pretende delimitar “qual a conveniência da categoria atual” (ARAÚJO, 1852, p. 105), tendo em vista as necessidades trazidas pelo presente. A visão de Araújo sobre a criação da Província do Amazonas se situa no interior de um projeto político-ideológico nacionalista que, formulado pelo principal instituto científico do Segundo Império – o IHGB –, era definido pela etiqueta “História Nacional”. A reflexão histórica visa oferecer subsídios para estabelecer os novos contornos que sua administração deverá receber na recém-criada Província. Um exemplo é a longa descrição feita por Araújo (1852) do *Projeto de regimento para um diretório*. O “Regimento do diretório dos índios” foi uma lei promulgada em 1755 pelo rei de Portugal D. José I para gerir os aldeamentos indígenas,

depois que Pombal expulsou os jesuítas da colônia sul-americana.

Principal instituição política existente em uma “sociedade lassa da administração”, o diretório foi o instrumento utilizado pela metrópole portuguesa para pacificar e cristianizar os indígenas, conservando-os “unidos ao resto da sociedade” (ARAÚJO, 1852, p. 105).<sup>12</sup> Segundo Araújo (1852), com a promulgação daquela lei, os jesuítas se aliaram à Coroa espanhola, valendo-se de sua influência nas antigas missões (transformadas em vilas e aldeias pelo diretório) para estimular perturbações nas tribos indígenas situadas sobre o território nacional, como a retirada dos indígenas de Mariuá e São Paulo, o levante e deserção da tropa de Mariuá e a rebelião de Lamalonga, Caboquena e Bararoá. Assim como José Bonifácio (1923), Araújo (1852, p. 105) lamenta que “essa importante instituição” não tivesse sido unida, desde o início, às missões, pois a centralização dos regulamentos, dos missionários e do diretor sob as ordens de um só presidente teria evitado “o malogro de tantos esforços da parte dos Missionários”.<sup>13</sup>

As mesmas características gerais da

<sup>11</sup> Como afirma Michel Foucault em *Sobre a Geografia* (1984), o inventário que caracteriza o discurso geográfico só tem interesse na medida em que constituir uma massa de informação passível de ser explorada por um poder. Os relatos dos viajantes europeus desde o início da colonização da América podem ser considerados um gênero destinado a disponibilizar a massa de informações sobre o Novo Mundo para sua exploração pelas autoridades coloniais da Metrópole.

<sup>12</sup> “Todavia, apesar das dificuldades, com que teve de lutar o diretório para o seu desempenho em uma sociedade lassa da administração, que até então a contivera, tendente a dissolver-se por maquinações dos jesuítas, os quais, como o atestam a retirada dos indígenas de Mariuá e S. Paulo, o levantamento e deserção da tropa de Mariuá, a horrorosa rebelião de Lamalonga, Caboquena e Bararoá, pretendiam tornar a Amazônia o antigo deserto foi o diretório o único eficaz vínculo, que conservou os indígenas unidos ao resto da sociedade” (ARAÚJO, 1852, p. 105).

<sup>13</sup> A passagem continua da seguinte forma: “José Bonifácio, que em seus *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* em 1823 parece haver tratado a questão com mais tino, he precisamente deste sentir” (ARAÚJO, 1852, p. 106).

Comarca do Alto Amazonas, descritas em seu *Diccionario*, permitem situar o cenário em que se desenrola a ação histórica de *Simá*. Esse romance ilustra o diagnóstico feito pela obra anterior a respeito dos conflitos existentes naquela região durante o período colonial, tratando da principal revolta ocorrida na Comarca do Alto Amazonas durante o século XVIII: a Rebelião de Lamalonga. Em *Simá* há um lapso temporal entre o presente e o passado da narração, já que o tema de seu relato histórico remonta exatamente um século antes. O *Diccionario* se volta para a estrutura administrativa e jurídica da Comarca do Alto Amazonas, que regulamentou o poder da metrópole portuguesa sobre sua colônia. O cenário de *Simá* não é apresentado como um território integrado ao nascente Estado Nacional, como acontece no *Diccionario*, mas como uma zona de disputas entre os interesses estratégicos das Coroas portuguesa e espanhola no período anterior à independência.

Enquanto o *Diccionario* se concentra na descrição do espaço, o romance situa esse território no interior de um eixo temporal. Da mesma forma que o *Diccionario* pressupõe a história colonial da região narrada pelo romance, *Simá* o faz com o território descrito no *Diccionario*. As duas partes da obra de Araújo, representadas por esses dois livros, são inteiramente complementares, já que o primeiro visa descrever a Província do Amazonas como um território político-jurídico do recém-criado Estado Nacional, enquanto o

segundo inclui esse território em um momento histórico preciso. No romance histórico, Araújo apresenta, assim, uma versão nacionalista da Rebelião de Lamalonga, na qual os portugueses, anacronicamente identificados aos “brasileiros”, protegeram a nação contra o estrangeiro e foram os heróicos defensores da unidade nacional e de sua integridade territorial, segundo o projeto político-ideológico promovido pelo IHGB, ele mesmo patrocinado pelo poder imperial.

### **A matéria histórica de *Simá***

Já na primeira linha de *Simá*, o narrador se dirige ao leitor para convidá-lo a se imaginar, a partir do romance, como um viajante pelo rio Amazonas, evocando o gênero do relato de viagem praticado pelos exploradores europeus: “Suponde-vos de viagem pelo Amazonas” (ARAÚJO, 1857, p. 3). Situando o presente da enunciação um século depois do evento tratado no romance, o narrador assume a posição de um historiador, como evidencia a utilização da metáfora da tapera para se referir a sua relação com o tema da obra. No *Diccionario*, o autor associa a tapera às ruínas: “*Tapera*: As ruínas de huma povoação de envolta com o crescente matto, que as invade e substitue” (ARAÚJO, 1852, p. 340). Em *Simá*, Araújo (1857, p. 4) elenca três causas possíveis para o abandono da povoação vista à margem do rio Amazonas: a perseguição aos Muras, a praga do carapanã e “modernamente, a revolução de 1835” [a

Cabanagem].<sup>14</sup>

No *Diccionario*, os Muras são caracterizados por uma “indiferença pela civilização” (ARAÚJO, 1852, p. 335). Araújo (1852, p. 207) faz um grande número de referências e dedica um verbete aos Mura que, “muito tempo infensos [...] submeteram-se em 1785 em Maripi, tratando paz com o seu Director Mathias José Fernandes”. Uma das principais fontes de Araújo sobre os Mura na segunda metade do século XVIII é o diário de viagem à Capitania do Rio Negro de seu Intendente Geral, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que os denomina de “gentio de corço” (SAMPAIO, 1825, p. 12), pois habitavam os densos bosques e grandes lagos do Rio Madeira – e faziam frequentes emboscadas aos colonos, impedindo seu estabelecimento na região. Metaforizada pela imagem da tapera, sua visão sobre as diferentes nações indígenas reflete a concepção “decadentista” sobre os índios que, defendida no IHGB da época por importantes historiadores, como Martius (1847), por exemplo, considerava-os como inevitavelmente fadados ao desaparecimento.

<sup>14</sup> “A antiga perseguição dos muras que aos primeiros estabelecimentos portugueses importou horróssimo flagelo, e a praga do carapanã, outro, senão fatal, não menos incômodo, obrigando as povoações e estabelecimentos rurais a contínuas mudanças, ocasionaram as tapersas, que em outro tempo se notavam no Amazonas e Solimões; e modernamente a revolução de 1835 motivou outras, em número crescido, quanto indeterminado, assim no grande rio, como em seus confluente, cuja vista ainda hoje desperta doloríssimas recordações, porquanto de seu objeto se ressentem a humanidade. Já sabeis pois o que seja “uma tapera”, e como Sant. Pierre possui, não direi a extravagância, por cortejo a vós; mas toda outra qualquer coisa importe a excentricidade de achar prazer nas ruínas, aí tendes o tema” (ARAÚJO, 1857, p. 4).

Era justamente essa concepção que justificava as pesquisas etnográficas promovidas pelo IHGB, cuja missão era indicar o lugar dos índios na História Nacional (KODAMA, 2009).

A referência aos Muras é particularmente significativa, pois o cenário de *Simá* é exatamente o mesmo que o da epopeia *Muhuraida ou Triunfo da fé na bem fundada Esperança da inteira Conversão, e reconciliação da Grande, e feróz Nação do Gentio Muhúra* (1785), de Henrique João Wilkens. Dedicada ao Governador das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas – a quem Wilkens considerava o principal promotor da rendição dos Mura –, a *Muhuraida* é a primeira composição poética escrita sobre o contato entre portugueses e indígenas na Amazônia. O manuscrito dessa epopeia recebeu sua primeira edição em 1819, a cargo do padre português Cypriano Pereira Alho. A vida de Wilkens possui diversos pontos em comum com a de Araújo: Wilkens participou, a serviço da Coroa portuguesa, das comissões de demarcação nos sertões amazônicos, que, definindo os limites entre os territórios das Coroas portuguesa e espanhola, redundaram no Tratado de Madrid (1750).

Nessa epopeia, Wilkens (2017) não considera a guerra de extermínio conduzida pelos portugueses à “abominável, feroz e indomável” nação indígena dos Mura – habitantes da região próxima à atual cidade de Tefé (AM), no Médio Solimões – apenas uma guerra por território. Da mesma forma que

acontece na epopeia quinhentista *Os Lusíadas* (2000), de Luís de Camões, a conquista daquela região pelo império português é apresentada como o resultado da interferência da graça divina, que leva a Fé cristã (personificada nas epopeias) às assim chamadas “nações gentias”. Na *Muhuraida*, a guerra de extermínio conduzida pela Coroa portuguesa contra a nação Mura é, portanto, apresentada sob uma roupagem mítico-religiosa como uma vitória da Fé cristã, a promotora da conversão religiosa dos Mura ao cristianismo.

A tapera do Remanso é vista pelo historiador que, no presente da narração, viaja em um barco pelo Rio Negro. Vista pelo narrador (um viajante de passagem), a tapera de Santa Isabel serve de ponto de partida para a reconstituição histórica da Rebelião de Lamalonga, que levou à completa destruição das povoações indígenas de Bararoá, Caboquena e Lamalonga. O narrador faz referência ao episódio tratado no romance como algo situado no passado, cujo sentido o historiador procura reconstituir a partir dos elementos de que dispõe no presente. Segundo o *topos* utilizado desde os historiadores grecorromanos, esses elementos seriam as ruínas da história. Da mesma forma que as taperas no Alto Amazonas são as ruínas produzidas pela guerra de extermínio promovida pela Coroa portuguesa contra os Mura, a tapera do Remanso, em Santa Isabel (Rio Negro), é apresentada como a ruína da Rebelião de Lamalonga.

A tapera vista pelo narrador no início de *Simá* desencadeia a reconstituição por meio da memória de um evento histórico ocorrido um século antes. Assim, o modelo eleito pelo autor para introduzir sua narração da célebre Rebelião de Lamalonga não é o relato de viagem, mas o gênero da história. Graças ao trabalho do historiador, esse evento será retirado da “noite do esquecimento”, segundo o *topos* utilizado por Heródoto no início de suas *Histórias* (2015). Assim, a qualificação “histórico”, que é apresentada no próprio subtítulo “romance histórico do Alto Amazonas”, não designa uma nova *forma* literária – que teria surgido na modernidade em países do hemisfério Norte (LUKÁCS, 2011) –, mas unicamente a *matéria* histórica da ação narrada na obra. Em seguida, pretende-se analisar a unidade de seu enredo, que é inteiramente estruturado em torno da narração da causa imediata da Rebelião de Lamalonga.

### A unidade da ação épica

Ao reivindicar como modelos a *Ilíada* e a *Eneida*, o autor de *Simá* elegeu a Guerra de Troia, que foi ficcionalmente tratada tanto por Homero quanto por Virgílio, para estruturar o enredo de seu romance histórico sobre a Rebelião de Lamalonga. A escolha desses dois modelos se deve não apenas à matéria épica tratada pelo romance, mas, sobretudo, à causa imediata atribuída à rebelião. A comparação entre a Guerra de Troia e a Rebelião de Lamalonga se baseia, em particular, no

paralelo traçado no romance entre Helena de Troia e Simá de Dari. Ao longo de todo o romance, Araújo compara a personagem da mestiça Simá com a de Helena de Troia, ao designar a primeira pelo epíteto “Helena do Rio Negro” (ARAÚJO, 1857, p. 7). Assim como o rapto de Helena por Páris levou seu esposo Menelau a reunir os gregos e declarar guerra aos troianos, a separação de Simá e seu amado Domingos de Dari por um frade carmelita de Santa Isabel teria sido supostamente a causa imediata da Rebelião de Lamalonga.

Segundo a série de associações entre o romance brasileiro e a epopeia grega, o regatão português Régis é identificado ao príncipe troiano Páris que, recebido no palácio de Menelau, segundo as regras da hospitalidade, desrespeita seu anfitrião e termina por sequestrar sua esposa, a princesa Helena. Em *Simá*, por sua vez, Régis viola a filha de Severo na casa do pai, graças a um estratagema – o uso de um sonífero que, misturado a uma garrafa de álcool oferecida a Severo, leva-o a adormecer depois de bebê-la. No entanto, as duas epopeias antigas citadas por Araújo não se concentram nos eventos que as precederam, mas se limitam a narrar episódios específicos da Guerra de Troia – a ira de Aquiles, na *Ilíada*, ou o retorno de Eneias à Província romana do Lácio, onde o herói funda a capital do futuro Império Romano depois da guerra, na *Eneida*. O romance histórico *Simá* não apenas narra a Rebelião de Lamalonga, mas também se

propõe elucidar sua causa imediata, enfocando o percurso da heroína.

A ação de *Simá* se estrutura em torno da biografia da protagonista, desde a concepção até a morte. O primeiro episódio do romance, no qual é narrado o estupro de sua mãe, a índia Delfina, pelo português Régis, desencadeia a ação.<sup>15</sup> Em seguida, Régis foge, depois de deixar um anel de ouro fixado ao cordão de Delfina, além de moedas de ouro na mesa. No dia seguinte, ao descobrir o sucedido na noite anterior, Severo decide abandonar o sítio da Tapera, onde vivia com sua tribo, para proteger sua filha da vergonha pública. Ao chegar ao sítio do Remanso, próximo à missão de Santa Isabel, passa a cuidar de sua neta, depois da morte de sua mãe por tristeza. Severo batiza Simá e entrega sua educação aos cuidados do Frei Raimundo Eliseu. Na missão de Santa Isabel, Simá conhece o líder da nação dos Manau, Domingos de Dari, que também recebeu a mesma educação cristã oferecida pelo frade carmelita.

Araújo (1857, p. 150) não deixa de chamar a atenção para uma diferença significativa entre a personagem das epopeias antigas e a heroína do seu romance, ao chamá-las, respectivamente, de “a adúltera Helena de Menelau e a virgem inocente de Dari”. Desde a antiguidade, a discussão sobre a culpa ou inocência de Helena de Troia foi objeto de

<sup>15</sup> Em *O Guarani*, a figura análoga do vilão português é representado pela personagem do ex-capuchino italiano Loredano que, à diferença de Régis, não logra perpetuar seus intentos lascivos com Cecília graças à intervenção de Peri na cena do quarto. Essa personagem, juntamente com o nobre português Álvaro, constitui o quadrado amoroso do romance alencariano.

intensas polêmicas, opondo os defensores e os detratores de Helena. Houve, inclusive, quem tivesse sustentado as duas posições, como o sofista Górgias, cujo *Elogio de Helena* (1980) teria sido precedido por uma obra (hoje perdida) em que acusa Helena não apenas de adultério, mas também de ser a responsável pela Guerra de Troia. Araújo reteve essa segunda versão que, dotada de conteúdo moralizante, considera que Helena, depois de se apaixonar pelo belo príncipe troiano Páris, fugiu por livre arbítrio com o amante para Troia. Segundo a interpretação cristã do mito por Araújo, Helena é culpada, pois poderia ter se absterido de seu amor por Páris.

O autor poderia ter conferido a Simá uma parcela de culpa por ter supostamente desrespeitado as regras do diretório e se tornado amante de Domingos. Essa foi, aliás, a interpretação assumida pelos cronistas, que explicam que a separação do casal teria sido obra do frade carmelita, dada a sua responsabilidade como guardião dos preceitos cristãos de união entre os sexos na povoação (JOBIM, 1957). No entanto, Araújo não atribui a Simá a mesma responsabilidade que atribuiu a Helena, mas, pelo contrário, a isenta por completo da culpa de mancebia.

No romance, Domingos e Simá ficam noivos, segundo as convenções próprias do casamento cristão. A acusação de mancebia, considerada como um ritual pagão de união entre os sexos, é uma artimanha utilizada por Régis e seu aliado Loiola (o diretor dos índios da missão de Lamalonga) para separá-la de

seu amado Domingos. Quando Régis conta que pesa sobre ela essa acusação, a fim de conseguir sequestrá-la, Simá, que foi educada pelo Frei Eliseu, nega essa acusação enfaticamente, invocando a proteção de Deus e de seu pai contra a “maldade” de tamanha difamação (ARAÚJO, 1857, p. 207). Essa versão sobre a causa imediata da Rebelião de Lamalonga – a separação do casal, acusado de mancebia – foi reinterpreta da pela imaginação ficcional de Araújo, que atribui essa acusação à difamação promovida pelo vilão.

Tanto a castidade de Simá quanto a fidelidade de Dari fazem deles personagens elevados, segundo a convenção para os tipos de caráter representados pelo gênero épico. Ao contrário do que afirma Queiroz (2009), Araújo (1857) evita conferir ao romance um conteúdo meramente moralizante e punir os heróis por um amor culpado e contrário aos preceitos cristãos de união entre os sexos. A separação do casal pelo frade carmelita interrompe um amor casto e fiel, segundo as convenções definidas pelo amor Romântico da época. Aquelas qualidades cristãs reveladas pelo casal de protagonistas desempenham um papel importante para produzir a empatia do leitor no fim do romance, desencadeando a piedade e o terror pela sua morte – os dois afetos trágicos por excelência desde Aristóteles (2015).

Além do efeito catártico visado pelo romance, a virgindade da heroína também tem uma razão teórica, ilustrando sua posição no debate existente na época no IHGB sobre os costumes indígenas. No *Diccionario*, o amor

do casal de indígenas é descrito segundo o modelo monogâmico da união entre os sexos. A versão oferecida por Araújo (1852) contraria a opinião em voga na época sobre a indiferença dos índios pela união dos sexos. Em sua descrição dos costumes dos índios, presente no *Diccionario*, Araújo já criticara essa opinião, afirmando que se fundava na autoridade de Buffon e Montesquieu. Esses autores franceses teriam cometido um erro ao definir o índio a partir do estado de natureza, excluindo-o do costume monogâmico cristão; a autoridade desses autores teria, inclusive, influenciado outros que escreveram sobre o indígena americano, entre os quais é citado o *Diário da Viagem* (1825), do Intendente Geral da Capitania do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.<sup>16</sup>

No *Diccionario*, Araújo (1852) atribui aos indígenas da América seja a poligamia, seja a monogamia, mas, independentemente disso, considera-os zelosos com suas esposas, razão pela qual condenavam o adultério,

<sup>16</sup> “Diz Buffon – que lhes fôra denegada a mais preciosa sentelha do fogo da natureza, pois lhes falta o ardor para a união dos sexos – e neste tom o hão acompanhado todos os que tem escripto sobre o Indígena da America. Sampaio, que isto também subscreveu, foi tão inconsiderado, que se deixou cahir em contradicção, citando Montesquieu no Cap. II. do L. 44 do Espírito das Leis: *Avec cette délicatesse d’organes, etc.*: o que tudo por contradictorio e insustentável não parece poder-se explicar senão por capricho de Europeo. Cá no Alto-Amazonas nos diz a sua historia, que em 1757, por causa de huma bella, de quem hum Missionário pretendeu privar o seu amante, que nunca havia lido Homero nem Virgílio, todas as Povoações do Rio Negro correrão o risco de serem reduzidas a cinzas, como desgraçadamente ficarão Bararoá, Caboquéna e Lama-Longa. Dados huns á polygamia, outros á monogamia, são zelosos, e por isto condemnão o adultério, com quanto admittão o divorcio mui frequentemente” (ARAÚJO, 1852, p. 149-150).

embora admitissem o divórcio. Araújo (1852, p. 150) considera a suposta indiferença dos indígenas pela união entre os sexos como um “capricho de europeu”. Como exemplo do completo equívoco de Buffon e Montesquieu, Araújo (1852) cita, em seu *Diccionario*, justamente o casal formado pela bela do Rio Negro e por seu amado. Em *Simá*, Araújo volta a lembrar a tese sobre a indiferença dos indígenas pela união dos sexos, referindo-se novamente à autoridade de Montesquieu. No entanto, essa menção serve apenas como um recurso retórico para enaltecer por contraste a reação de Dari depois de ter sido privado de sua amante. Com efeito, afirma que a ira do índio Manau contra o frade carmelita é uma contraprova eloquente da falsidade da suposta indiferença dos indígenas pela união os sexos que, defendida por franceses e, até mesmo, brasileiros, seria corrigida por Araújo.<sup>17</sup>

### O desfecho trágico de *Simá*

A interpretação de Araújo para o evento que teria desencadeado a Rebelião de Lamalonga não se reduz a um mero artifício ficcional utilizado pelo escritor para conferir unidade a seu romance. A separação entre dois amantes indígenas por um missionário do aldeamento de Santa Isabel é efetivamente

<sup>17</sup> “Houve um Menelau, genuinamente Manaus, que a despeito da pretensão (não de nossa parte) da indiferença dos indígenas pela união dos sexos, contraditoriamente fundada na autoridade de Montesquieu (*Exprit des Lois*, L. 14, cap. 2.<sup>o</sup>) devastou, incendiou nada menos de três povoações pela simples pretensão da parte de um sacerdote para separação de seu amante” (ARAÚJO, 1857, p. 57).

considerada o pretexto para a rebelião, como afirma em seu *Diccionario*: “Em 1757, explodiu uma rebelião nesta povoação, que justamente com Bararoá e Caboquéna reduziu a cinzas, sendo seu especioso pretexto o despeito, que concedeu um indígena, por pretender um missionário separá-lo de sua amada” (ARAÚJO, 1852, p. 150). Essa explicação da causa imediata da Rebelião de Lamalonga foi retida por cronistas posteriores. Em *O Amazonas, sua história*, Anísio Jobim (1957, p. 136), por exemplo, afirma: “O missionário de Lamalonga, Frei Raimundo Barbosa, carmelita, não se conformando com a vida de mancebia que levava o índio Domingos com uma jovem tapuia, separou-os, carregando com a moça para casa”.

Araújo (1852) menciona a mesma causa imediata no verbete sobre os índios, no qual aponta, pela primeira vez, a semelhança entre as respectivas causas da Rebelião de Lamalonga e da Guerra de Troia, afirmando que, embora jamais tivesse lido Homero nem Virgílio, o amado de Simá agiu como Menelau, quando um missionário pretendeu privá-lo de sua amada, desencadeando a rebelião. No entanto, a causa imediata da Rebelião não teria passado de um especioso pretexto, como afirma o autor de *Simá* na passagem anteriormente citada (cf. *supra*). Na nota de rodapé utilizada para descrever a nação dos Manau, Araújo (1857) chama a atenção para a manipulação desses índios pelos jesuítas. Assim, a intriga jesuítica na região durante o período que sucedeu ao

Tratado de Madrid teria sido a causa verdadeira da Rebelião de Lamalonga.<sup>18</sup>

Em diversas passagens do *Diccionario*, Araújo (1852, p. 105) denuncia a “excitação dos indígenas” por parte do que chama de “maquinações dos jesuítas”. Jobim (1957, p. 136) também menciona a atribuição da rebelião por alguns cronistas às “maquinações subterrâneas dos jesuítas”. Assim, o próprio Araújo parece ser um dos cronistas a que Anísio Jobim faz referência em sua explicação da verdadeira causa da Rebelião de Lamalonga. Isso mostra que Araújo é uma fonte histórica direta utilizada pelos cronistas que escreveram sobre a colonização da Amazônia brasileira. O romance pode ser considerado como a ilustração ficcional de um diagnóstico realizado no *Diccionario* sobre os conflitos presentes na fronteira situada no Alto Amazonas entre a Coroa portuguesa e a espanhola, cujas principais instituições políticas e religiosas eram, precisamente, as missões carmelitas e jesuíticas, respectivamente.

Na explicação realizada por Araújo a

---

<sup>18</sup> Essa distinção entre causa imediata e a verdadeira foi utilizada pela primeira vez por Tucídides (2011) em sua história da *Guerra do Peloponeso*. Por um lado, o historiador grego identifica, desde o início, a causa verdadeira do conflito entre a confederação de cidades-estado lideradas por Atenas (confederação de Delos) e a confederação de cidades-estado lideradas por Esparta (confederação do Peloponeso): “A explicação mais verídica, apesar de menos frequentemente alegada, é, em minha opinião, que os atenienses estavam tornando-se muito poderosos, e isto inquietava os lacedemônios, compelindo-os a recorrerem à guerra” (TUCÍDIDES, 2011, p. 60). Por outro lado, Tucídides dedica boa parte do primeiro livro (os 146 capítulos iniciais) da *Guerra do Peloponeso* à apresentação dos antecedentes do conflito e das causas imediatas da declaração de guerra pelos atenienses.

respeito do papel das Coroas espanhola e portuguesa na Amazônia, não são apenas as maquinações dos jesuítas espanhóis que são denunciadas. Segundo a visão estratégica do autor, é corolário dessa denúncia o elogio da atuação das missões carmelitas na Amazônia, de “[...] sua dedicação, seu zelo e desinteresse a par de sua brandura e caridade para com os indígenas em sua triste situação” (ARAÚJO, 1857, p. 37). No romance, a atuação dos carmelitas na Amazônia é representada pela personagem do missionário de Santa Isabel. Responsável pela catequese dos indígenas residentes na Casa das Educandas, o dedicado, zeloso e desinteressado Frei Raimundo de Santo Eliseu é caracterizado no romance como uma verdadeira encarnação da fé cristã (ARAÚJO, 1857).

Em *Simá*, Araújo elege a Rebelião de Lamalonga como um caso exemplar da rivalidade que atravessou a história da colonização da Amazônia brasileira. No entanto, o romance produz um deslocamento espacial, já que não se passa no interior da Província do Amazonas, como o *Diccionario*, mas na zona de fronteira desse território com a Coroa espanhola. A divisão existente nessa região de fronteira entre as Coroas portuguesa e espanhola é reproduzida por Araújo no interior da própria nação dos Manau. A festa de noivado entre o casal de protagonistas representa essa divisão: de um lado, os membros da nação dos Manau, como Simá, Dari e Severo, que são aliados dos missionários carmelitas e da Coroa

portuguesa, defendem as leis da metrópole, que ofereceria liberdade aos indígenas da Amazônia; e, de outro, os líderes da nação dos Manau, Abbé, Dadari e Bejari, tramam uma rebelião contra os portugueses para restabelecer sua independência. Esses são acusados de se aliarem aos jesuítas espanhóis, cujo avanço naquela região refletia as ambições territoriais da Coroa espanhola.

Assim, Araújo (1857) apresenta a Rebelião de Lamalonga como um conflito entre um grupo da nação dos Manau, manipulado pelos jesuítas espanhóis, e a armada portuguesa, que por sua vez contou com o apoio de outro grupo, que, liderado por Severo, Caboquena e Domingos de Dari, considerava que, ao avançar sobre aquela zona fronteira do território português, os espanhóis os reduziram novamente à escravidão. No final do romance, o primeiro grupo acaba prevalecendo, e a rebelião é desencadeada, com ajuda do rumor a respeito da suposta mancebia do casal de protagonistas. Essa acusação de mancebia é um falso pretexto, pois é utilizada pelo líder indígena Mabbé, depois de tê-la escutado de Régis e Loiola, para estimular seu povo à revolta contra os portugueses, que estariam prestes a punir o casal. Caboquena, líder da povoação homônima, denuncia a rebelião à autoridade portuguesa na região – Souza Figueira –, antes de ser morto por Bejari e Dedari. Depois do massacre à rebelião, as povoações de Caboquena, Bararoá e Lamalonga são inteiramente destruídas pela armada.

O romance é concluído pela narração do destino do casal de protagonistas, cuja separação constitui a peripécia que desencadeia a Rebelião de Lamalonga. O enredo de *Simá* é estruturado não por um enredo simples, mas por um enredo particularmente complexo, já que possui tanto uma peripécia, quanto uma cena de reconhecimento, segundo a distinção proposta na *Poética*, de Aristóteles (2015).<sup>19</sup> Na peripécia final do romance, Régis, com a ajuda de Loiola, consegue, por meio de novas maquinações, sequestrar sua amada Simá e separá-la de Domingos de Dari. Os amigos do frade carmelita resgatam-na, enquanto Loiola e Régis são presos. Simá tenta heroicamente proteger o Frei Raimundo de uma flecha e acaba sendo atingida. O sacrifício da heroína em prol do missionário carmelita representa seu enorme apreço por quem lhe dedicou seu serviço catequético. (A docilidade do indígena ao europeu também foi um tema explorado por José de Alencar (1958), como evidencia o “serviço amoroso” (no sentido trovadoresco) de Peri a sua venerada Cecília). Seu avô Severo recolhe-a sobre seu colo, quando Régis descobre que Simá, que está prestes a expirar, é sua filha.

No romance *Simá*, o reconhecimento se dá por meio de um “signo adquirido”<sup>20</sup>

(ARISTÓTELES, 2015, p. 135) que se encontra fora da personagem: Simá leva no pescoço o anel deixado por Régis com sua mãe Delfina, depois de violentá-la. Ao retirar o anel do pescoço de Simá e examiná-lo, Régis se espanta e pede que alguém lhe explique porque Simá o está portando. Severo – que tinha colocado o cordão sobre o pescoço de Simá antes de partir para Lamalonga com Domingos, ao saber que o líder Mabbé estava chegando à povoação para estimular uma rebelião – confirma que Simá é filha dele (Régis). A heroína, que sempre acreditara que Severo fosse seu pai, só descobre a verdade antes de morrer. Seu último gesto é perdoar o pai: “Simá, socorrendo-lhe de supremo esforço, abriu os olhos, que alçou ao céu, e levantando também as mãos postas, proferiu: ‘Meu pai!!! Eu lhe perdô’” (ARAÚJO, 1857, p. 349).

Simá teve que resistir às investidas de seu próprio pai que, se tivesse conseguido realizar seu plano de sequestrá-la, teria cometido incesto. Na cena de reconhecimento, a associação de Simá à imagem cristã de Jesus é clara. Com efeito, a heroína evoca as palavras de Jesus na cruz, ao perdoar seu pai antes da morte. O perdão final reafirma os valores cristãos representados pela heroína, que se reconcilia com seu progenitor europeu. Seu noivo Domingos de Dari, por sua vez, persegue Loiola para se vingar e esse último morre ao se atirar no rio. Ao descobrir o destino trágico de

<sup>19</sup> Na *Poética*, Aristóteles (2015) propõe uma distinção entre o enredo simples e o complexo: o primeiro dispensa tanto a peripécia (*peripéteia*) quanto o reconhecimento (*anagnórisis*), enquanto que o segundo possui peripécia ou reconhecimento – ou ambos.

<sup>20</sup> Na *Poética*, Aristóteles (2015) propõe uma hierarquia entre as cenas de reconhecimento com base nos tipos de signo. Em ordem crescente de valor, é elencado: o

reconhecimento por meio de signos inatos ou adquiridos, o reconhecimento produzido pelo poeta, o reconhecimento em função da memória, o reconhecimento que provém do raciocínio e o melhor reconhecimento, o que advém dos próprios fatos.

sua amada, Domingos enlouquece, é preso e condenado à morte. No *Diccionario*, Araújo (1852, p. 248) registrara seu destino: “Em Junta de Justiça forão condemnados á pena ultima os Principaes Manaos – Ambrosio, e João Damasceno, e o Indígena Domingos –, cabeças da rebelião de Lama-Longa de 1757, e a padecèrão em Caboquena”.

### O “romance épico”: mito e história

*O Guarani*, de José de Alencar, é concluído pelo ataque final aos portugueses pelos índios bravos da nação Aimoré e pela salvação do casal de protagonistas Cecília e Peri. Esses personagens são apresentados como o núcleo originário de colonização do Novo Mundo, segundo sua reinterpretação da lenda de Tamandaré – a versão indígena do dilúvio bíblico – como mito fundador do Brasil (RIBEIRO, 1998; SOMMER, 2004; CAMILO, 2007). A união entre o indígena e o europeu ilustra a ideologia da mestiçagem característica do Indianismo Romântico na época. Ao contrário do casal de protagonistas do célebre romance de José de Alencar, o de *Simá* não sobrevive ao massacre da Rebelião de Lamalonga no final do romance. Fruto da união entre um branco e uma índia, a própria mestiça Simá simboliza a ideologia da mestiçagem, ainda que seja o fruto da violação perpetrada pelo explorador português.

Relativamente ao enredo, *Simá* é a inversão completa de *O Guarani*: a miscigenação entre brancos e indígenas, que é

seu ponto de partida (iniciado com o estupro de Delfina), é o horizonte do romance de Alencar (concluído com a salvação de Peri e Cecília). Enquanto esse defende a ideologia da miscigenação, aquele denuncia a violência que a produziu. Os dois primeiros romances históricos do indianismo Romântico oferecem, assim, representações complementares das duas alternativas indigenistas discutidas nos círculos intelectuais e políticos da época (TREECE, 2008) – a guerra de extermínio promovida pela Coroa portuguesa durante o período colonial é exposta como solução trágica por Araújo, enquanto o projeto de assimilação da força de trabalho indígena formulado durante o Segundo Reinado pela ideologia conciliatória da unidade nacional é apresentado como solução viável por Alencar.

O sacrifício de Simá não deve ser considerado uma punição à heroína por pertencer ao mundo português, já que, como evidencia o epíteto dado à heroína – “a virgem inocente de Dari” (ARAÚJO, 1857, p. 150) –, Simá foi uma vítima inocente. Graças à inocência de Simá, é produzida a empatia do público pela heroína, necessária à piedade e terror que sua morte deve gerar. No final do romance, sua morte constitui um “efeito colateral” do massacre dos Manau pela armada portuguesa. Não apenas o massacre dos revoltosos da nação dos Manau pela armada portuguesa, mas, sobretudo, o sacrifício dessa personagem inocente para salvar o Frei Raimundo visam produzir a catarse trágica do romance. Fruto da violência perpetrada pelos

colonizadores portugueses sobre os índios, Simá é a vítima ideal para, sacrificada, expiar a rebelião dos indomáveis indígenas contra os colonizadores portugueses no Alto Amazonas.

Presente nos principais escritores do indianismo Romântico – como José de Alencar, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias (BOSI, 1992; FERRETI, 2011) –, o tema sacrificial adquire, em *Simá*, uma intensidade maximal. Essa intensidade se deve não apenas à exploração sistemática que o romance promove das convenções do gênero trágico, mas também ao fato de que, ao contrário de *Iracema* (cujo filho Moacir nasce de seus amores com o português Martim), Simá morre virgem e sem gerar filhos. Como afirma Sommer (2004), a ideologia da miscigenação, ao oferecer um modelo de família multirracial, ocultou o fato de que, na prática, a miscigenação não dependeu da estrutura familiar, mas se reproduziu, sobretudo, à sua margem. Dessa perspectiva, o romance de Araújo explicita a violência implícita nessa ideologia, enquanto o romance alencariano a oblitera, como demonstra a aparente aceitação, na família portuguesa, da mestiça Isabel, filha bastarda de D. Antônio de Mariz.

Embora não tenha tido o mesmo sucesso que a obra romanesca do patrono da literatura brasileira juntamente a um público letrado ávido por novidades, o romance de Araújo exprime de maneira mais clara do que aquela a dinâmica própria do destino das personagens, de modo que seus leitores não

podem ignorá-la. Isso porque seu enredo não é alterado pelas forças soberbas da natureza brasileira, como o dilúvio de *O Guarani*, mas, retomando de perto um conhecido episódio militar do período colonial, não gera nenhuma surpresa, como tampouco o faziam as epopeias anteriores. Apresentado, no *Diccionario*, como um “castigo exemplar” destinado a dissuadir futuras insurreições (ARAÚJO, 1852, p. 247), o massacre da Rebelião de Lamalonga é narrado, em *Simá*, como o restabelecimento da ordem natural por meio da punição da sanha de personagens trágicos envolvidos em um destino inexorável. Assim, o romance não deveria ser qualificado de “histórico”, como ocorre em seu subtítulo, mas de “épico”.

A estrutura da única obra ficcional de Araújo é a tal ponto coincidente com a das epopeias anteriores (indianistas ou não), que não constitui senão uma adaptação do gênero épico à *matéria* histórica da ação romanesca. Segundo a definição proposta por Lukács (2011), o romance histórico é uma nova *forma* literária que, surgida no hemisfério Norte no início do século XIX, manifesta o novo tempo inaugurado pelas revoluções modernas. *Simá*, pelo contrário, exprime na própria forma a completa continuidade de um processo histórico que desconheceu rupturas: o caráter essencialmente épico desse que foi o primeiro romance em português sobre a Amazônia pode ser considerado a manifestação do imobilismo político garantido pelo advento do Segundo Reinado, no exato momento em que a classe conservadora de fazendeiros escravocratas saiu

vitória dos diversos levantes deflagrados durante o período da Regência, como a Cabanagem nas Províncias do Norte (SODRÉ, 1969; TREECE, 2008).

## Referências

- ALENCAR, José de. *Cartas sobre a confederação de Tamoios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diario, 1856.
- ALENCAR, José de. *As Minas de Prata*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. 3 v.
- ALENCAR, José de. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- ALENCAR, José de. *O Guarani*: romance brasileiro. Edição crítica por Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Instituto Nacional do Livro, 1958.
- ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- ARAÚJO, Lourenço da Silva. *Diccionario topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Tipografia Comercial de Meira Henriques, 1852.
- ARAÚJO, Lourenço da Silva. *Simá*: romance histórico do Alto Amazonas. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1857.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 176-193.
- CAMILO, Vagner. Mito e história em *Iracema*: a recepção crítica mais recente. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 78, jul. 2007, p. 169-189.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão; apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4 ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões, 2000.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1836-1880)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 2.
- CHATEAUBRIAND, François-René. *Œuvres complètes*. Bruxelles: P. J. de Mat., 1827. t. 15.
- CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. 2 v.
- ÉSQUILO. *Os Persas*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2013.
- FERRETTI, Danilo José Zioni. Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil. *Almanack*, Guarulhos, v. 2, p. 66-86, 2011.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da língua geral ao português: uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. 2003. 239 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 153-167.
- GORGAS. Elogio a Elena. In: GORGAS. *Fragmentos*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.
- HOMERO. *Ilíada*. Trad. Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2003. 2 v.
- HERÓDOTO. *Histórias*. Livro I – Clio. Trad. Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2015.
- JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? Trad. Hugo Mader. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 77, p. 185-203, 2007.

JOBIM, Anísio. *O Amazonas, sua história – ensaio antropogeográfico e político*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1957.

Kaori Kodama. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LUKÁCS, György. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2000.

LUKÁCS, György. *O Romance Histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANZONI, Alessandro. *I promessi sposi: storia milanese del secolo XVII*. Milano: Guglielmini e Redaelli, 1840.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como escrever a História do Brasil. Advertência de José Honório Rodrigues. *Revista de História de América*, Colima, n. 42, dez. 1956, p. 433-458 [1847].

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Frey Apollonio – um romance do Brasil*. Trad. Erwin Theodor Rosenthal. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

MOSCATO, Daniela Casoni; DENIPOTI, Cláudio. A obra em pé de página: as notas de rodapé nos licros indigenistas de José de Alencar. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 20, n. 29, p. 88-104, ago. 2013.

QUEIROZ, Amilton José Freire. *Narrativas em trânsito: literatura, fronteira e língua(gens) do Alto Amazonas no romance Simá*. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, AC, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica – fronteiras e disputas entre história e literatura. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18, p. 160-177, 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. Iracema ou a fundação do Brasil. In: FREITAS, Marcos C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Universidade São Francisco/Contexto, 1998.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da Viagem, que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775*. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.

SARTRE, Jean-Paul. *Saint Genet: comédien et martyr*. Paris: Gallimard, 1952.

SCOTT, Walter. *Waverley; or 'Tis Sixty Years Since*. Boston: Estes and Lauriat, 1893. 2 v.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 183-199.

SILVEIRA, Cássio. *Iracema e a graciosa Ará: as metáforas e comparações entre personagens e natureza em "Iracema"*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1969.

SOMMER, Doris. *Ficções de Fundação: Os romances nacionais da América Latina*. Trad. Gláucia Renate Gonçalves; Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2004.

SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes*. Rio de Janeiro: Tipografia de Teixeira e C., 1848.

SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. In: PIZARRO, Ana (org.). *América latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas: Unicamp, 1994, p. 451-485. v. 2

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Irecê a Guaná*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *La Retraite de Laguna: récit de la guerre du Paraguay, 1864-1870*. Paris: Phébus, 1995.

TOLSTÓI, Liev. *Guerra e Paz*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, apolítica indigenista e o Estado-Nação imperial*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin/EDUSP, 2008.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VIRGÍLIO. *Eneida brasileira*. Trad. Manuel Odorico Mendes. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

XENOFONTE. *A retirada dos dez mil*. Trad. Aquilino Ribeiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

WILKENS, Henrique João. *Muhuraida; ou Triunfo da fé na bem fundada Esperança da inteira Conversão, e reconciliação da Grande, e feróz Nação do Gentio Muhúra*.

Org. Weberson Fernandes Grizoste. Manaus; Parintins: UEA, 2017.